



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

Interpelação Parlamentar

(Condições de funcionamento da Unidade de Cuidados Intensivos do Hospital da Terceira)

Senhora Presidente

Srs. Deputados

Srs. Presidente e Membros do Governo

Esta interpelação parlamentar tem como objeto de análise as condições de funcionamento da Unidade de Cuidados Intensivos do Hospital da Terceira. Trata-se de uma matéria de enorme sensibilidade do ponto de vista da opinião pública.

As pessoas e as famílias que necessitam de recorrer – ou já recorreram a este serviço – encontram-se, necessariamente, numa situação muito debilitada e muito suscetível. Os profissionais que trabalham em unidades de cuidados intensivos hospitalares são, diariamente, confrontados com situações de enorme gravidade. Não é uma situação fácil para os doentes e não será, seguramente, uma situação fácil para os profissionais de saúde.

Num contexto deste tipo, as emoções das famílias estão à flor da pele. O sentimento de revolta e de incompreensão que resulta do desfecho menos favorável de uma situação de saúde grave, é algo que tem de ser visto com naturalidade e humanismo. Libertam-se, inevitavelmente, um conjunto de emoções muito fortes. Algo que cria um cenário emocional em que as pessoas ficam, naturalmente, muito suscetíveis.

Todos nós compreendemos que este género de assuntos deve ser tratado com enorme sentido de responsabilidade e sem qualquer cedência à demagogia. Para nós não é aceitável explorar politicamente o sentimento das pessoas. Esse é um caminho proibido para todos os que acreditam que a ética, o altruísmo e a verdade são princípios indissociáveis da atividade política.

Mas meus senhores!



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

Um Parlamento que não debate e não analisa assuntos desta gravidade, não está a cumprir o seu papel representativo junto dos cidadãos. Tem de o fazer! Não pode deixar de o fazer! Se não o fizer, não só não está a cumprir a sua obrigação política, institucional e representativa, como deixará destapado o flanco por onde atacam o populismo e as forças extremistas e intolerantes.

O Parlamento dos Açores tinha que dizer presente nestas circunstâncias. E é por isso que o PPM aqui está, pedindo explicações ao Governo Regional. Este caso não resulta da dinâmica da luta partidária, nem foi criado por qualquer partido da oposição. Este caso surgiu nas páginas de um jornal de referência da nossa Região e não pode ser ignorado dada a enorme gravidade da matéria em causa.

Este caso não resulta de uma qualquer carta anónima em que ninguém assume responsabilidades pelo que é dito. Quem o disse fê-lo de cara destapada e com enorme frontalidade e coragem.

Este caso não tomou o atalho dos jornais e esqueceu o caminho certo da comunicação interna nos órgãos competentes. Os jornais não foram o atalho tantas vezes escolhidos por aqueles que não têm a coragem de os apresentar internamente e aí assumirem as responsabilidades pelo que afirmam e as acusações que formulam. Este abaixo-assinado é, afinal, uma ata que recolhe o conjunto de apreciações e acusações que os enfermeiros da Unidade de Cuidados Intensivos do Hospital da Terceira fizeram, de cara destapada, no local certo.

Só sete meses depois, alegadamente perante a inoperância do Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, é que o caso surgiu denunciado na comunicação social. Mas outra vez de cara destapada, assumindo o coletivo de enfermeiros da Unidade de Cuidados Intensivos o que foi dito, sem recorrer à denúncia e à calúnia anónima.

O que é dito no abaixo-assinado ou numa ata, como precisou em sede de Comissão Parlamentar o Sr. Secretário Regional da Saúde, é algo que, pela sua gravidade, tem de ficar reproduzido nesta Câmara. A minha fonte, nunca desmentida, é a reportagem que o "Diário Insular" realizou sobre este assunto no dia 4 de outubro de 2014.

Diz a notícia que "um abaixo-assinado de enfermeiros da Unidade de Cuidados Intensivos do Hospital da Terceira *dá conta de casos considerados tão graves que, segundo referem, atentam contra a Constituição da*



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

República Portuguesa, a Lei de Bases da Saúde e as convenções dos Direitos Humanos e da Biomedicina.

Isto porque, alegam, os cuidados não estão centrados no doente, não há rigor técnico-científico, nem princípios éticos e deontológicos. Em resumo, referem, não há **respeito pela dignidade humana**.

O documento, que está na posse da administração há já alguns meses, começa por notar a **redução do investimento terapêutico** na Unidade de Cuidados Intensivos e **isto sem critérios coerentes, com falta de uniformidade e de continuidade nos cuidados ao doente**.

As intervenções terapêuticas são aleatórias e **não têm em conta o timing da sua necessidade, desrespeitando o doente e a equipa**.

São usadas drogas sedativas **de forma desajustada e sem enquadramento terapêutico, com consequências gravosas para os doentes, nomeadamente depressão respiratória, implicando posteriores intervenções terapêuticas que potenciam os riscos e que seriam desnecessárias**.

Não há rigor nos exames complementares de diagnóstico, situação da qual resultam **riscos durante o transporte dos doentes**. E os enfermeiros não encontram *real benefício* para o diagnóstico e para a terapêutica na realização de tais exames.

O trabalho de equipa não existe, nem com a enfermagem, nem com os médicos, *indicando falta de respeito e provocando um contínuo mal-estar*.

Os cuidados são negligenciados, situação que a equipa de enfermagem alega não ter o seu acordo e que "leva à degradação do estado clínico do doente, com consequências irreversíveis.

O abaixo-assinado refere ainda **sistemáticos erros nos diários clínicos e de terapêutica instituída, sem o mínimo apoio da equipa de enfermagem**. Ainda à volta dos diários, os enfermeiros anotam **irresponsabilidade legal**. Referem que **folhas do diário clínico são eliminadas propositadamente, registando-se uma constante falta de rigor na identificação dos diários clínicos dos doentes**.

O processo clínico utilizado não está aprovado pelo conselho de administração e não tem a mínima segurança na confidencialidade dos dados neles colocados, além de não ter valor legal perante outras instituições.



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

Os enfermeiros estão convencidos que tudo isto põe em causa a credibilidade do serviço e da equipa de enfermagem *perante outros serviços do hospital, instituições da Região e do Continente.*

Regista-se ainda **desrespeito pelos protocolos instituídos** pelo anterior diretor do serviço, *numa constante tentativa de destruir um rigor científico e arte dos cuidados que estavam implementados no serviço e com provas dadas do seu elevado rigor e qualidade.*

Os enfermeiros denunciam ainda **falta de segurança nos cuidados, com intervenções terapêuticas fora dos locais apropriados, o que não garante qualidade nem segurança para quem realiza os exames e muito menos para o doente”.**

Senhora Presidente

Srs. Deputados

Srs. Presidente e Membros do Governo

Acabo de realizar a citação mais extensa de sempre no âmbito dos meus discursos. O motivo é simples. Todos os factos descritos no “Diário Insular”, desde o primeiro ao último, revestem-se de uma enorme gravidade e não podem deixar de ser referenciados.

Isto na medida em que se fala de desrespeito pela dignidade humana, da falta de continuidade nos cuidados prestados ao doente, da realização de intervenções terapêuticas previamente desnecessárias, que resultam de tratamentos desajustados e, finalmente, da existência de situações de negligência no âmbito de cuidados de saúde que acarretam a degradação do estado clínico do doente, com consequências irreversíveis.

Meus senhores!

Estas acusações – a comprovarem-se – representam um dos maiores escândalos da História do sistema de saúde em Portugal! Eu sinto-me envergonhado por algo assim estar a acontecer – ou ter sucedido - na nossa sociedade. Não é aceitável, sob qualquer prisma, que uma só pessoa – repito, uma só pessoa – possa ter morrido por negligência, tratamento errado ou descontinuado.



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

Submeto-me à fatalidade do infortúnio, mas não posso aceitar que alguém veja a sua condição diminuída ou a sua vida comprometida só por que quem teve o dever de proteger e preservar a sua vida não fez, de forma conscientemente, tudo o que deveria ter feito. E é precisamente isto que se conclui do teor das acusações que constam no abaixo-assinado dos enfermeiros da Unidade de Cuidados Intensivos do Hospital da Terceira.

Neste momento – e com independência do que venha a suceder nos processos de averiguação e de inquérito a decorrer – é já possível retirar algumas conclusões de carácter político de todo este processo.

O Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira não agiu de forma correta neste processo. A gravidade das acusações que foram formuladas pelos enfermeiros da Unidade de Cuidados Intensivos exigia a abertura, imediata, de um processo de averiguações no sentido de confirmar, ou não, a sua veracidade.

Em qualquer dos casos, o processo deveria ter consequências. A confirmação dos factos implicaria a abertura de processos disciplinares aos responsáveis e a comunicação à justiça de matéria de índole eventualmente criminal. A não confirmação das acusações implicaria a abertura de processos disciplinares ao grupo de enfermeiros pela natureza falsa e caluniosa das acusações que proferiram.

O que fez o Conselho de Administração após ter conhecimento dos factos gravíssimos descritos pelos enfermeiros da Unidade de Cuidados Intensivos? Nada! Não fez nada durante sete longos meses!

Só reagiu após o abaixo-assinado ter ido parar ao jornal. Só a partir daí os factos passaram a ter gravidade e a merecer averiguação. O que mudou? A natureza das acusações, da negligência e da desumanidade descritas em relação ao funcionamento do serviço? Não. O que mudou foi o conhecimento público das acusações formuladas pelos enfermeiros.

A conclusão inevitável deste processo de atuação é que o que faz mover o Conselho de Administração - que o Secretário Regional da Saúde tutela - não é a resolução de questões que possam afetar a qualidade dos serviços de saúde prestados ao doente, mas o pânico das consequências das notícias que saem nos jornais.

Ora este facto, esta hierarquização de prioridades de atuação, é inaceitável. Em primeiro lugar, numa sociedade civilizada democrática e humanista, tem de estar a dignidade da pessoa. Só depois, muito depois, é



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

que é lícito pensar e agir em relação a tudo o resto, publicações de jornais incluídas.

Nestas circunstâncias, a mensagem que passa para a nossa população é que o que faz mover a administração e o Governo Regional não é a resolução célere das questões que afetam a dignidade e o bem-estar das pessoas, mas apenas a resposta circunstancial às más notícias que aparecem nos jornais. Aparece no jornal é grave. É grave, mas não aparece no jornal, então não é grave.

A situação criada pela inatividade do Conselho de Administração ao longo de sete longos meses exigia uma - e só uma - decisão por parte do Secretário Regional da Saúde: a demissão fulminante do Conselho de Administração.

O Sr. Secretário Regional da Saúde não fez o que, do ponto de vista da responsabilidade e da defesa do prestígio e da eficácia da administração, deveria ter feito. Não o tendo feito, cabe agora, na perspetiva do PPM, ao Presidente do Governo Regional agir no nível imediato de responsabilidade a que a questão subiu por força da inação de quem tutela o setor da saúde.

Senhora Presidente

Srs. Deputados

Srs. Presidente e Membros do Governo

As responsabilidades políticas da tutela nesta fase do processo – com independência do que será esclarecido no âmbito do inquérito que está a decorrer – parecem-me evidentes e não auguram nada de muito positivo em relação ao cabal esclarecimento dos factos e à isenção e neutralidade que deveria ser garantida ao processo de averiguações em curso. Mesmo assim gostaria de terminar esta primeira intervenção com as seguintes questões:

Quando, como e em que termos, do ponto de vista do conteúdo factual, lhe foi transmitido – ainda que de forma informal, como afirmou em sede de comissão – o teor das denúncias e acusações realizadas pelos enfermeiros da Unidade de Cuidados Intensivos do Hospital da Terceira?



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

Por que razão decidiu o Secretário Regional da Saúde manter em funções um Conselho de Administração que não agiu de acordo com a Lei, logo que foi confrontado com acusações de uma gravidade sem precedentes?

Que responsabilidade admite ter o Secretário Regional da Saúde no âmbito da degradação da qualidade da Unidade de Cuidados Intensivos do Hospital da Terceira, uma vez que os enfermeiros da unidade falam em desinvestimento e falta de meios?

O que fez o Secretário Regional da Saúde para garantir a verificação e a certificação periódica da qualidade da Unidade de Cuidados Intensivos do Hospital da Terceira, uma vez que a qualidade deste serviço possui um referencial de excelência no passado?

Que dados possui e como fundamenta, uma vez que o processo de inquérito não está ainda disponível, a afirmação que fez para a comunicação social em que adjetivou de pontuais as situações descritas e denunciadas pelos enfermeiros?

Afinal, conhece ou não conhece o processo, e desde quando? A ignorância dos factos tem um valor absoluto do ponto de vista filosófico. Serve, certamente, para despir responsabilidades. Mas o princípio da ignorância implica também o reverso da medalha: a renúncia absoluta em conhecer o que se ignora.

Disse!

O Deputado do Partido Popular Monárquico,

Paulo Estêvão